Art. 1º. Fica aprovado o pedido de inscrição do Instituto de Gestão e Desenvolvimento (IGEDES), no Conselho Municipal do Idoso (CMI), na forma abaixo:

Instituto de Gestão e Desenvolvimento (IGEDES) - Inscrição Nº 01-CMI/2025

Art. 2º. Esta Inscrição vale pelo período de Junho de 2025 a Fevereiro de 2027, quando ocorrerá a Renovação do Registro das Entidades Cíveis da rede de proteção, defesa e garantia dos direitos da Pessoa Idosa, no CMI, conforme já disposto na Resolução Nº 01/2025/CMI, de 12 de Fevereiro de 2025.

Art. 3º. Fica cancelada a Inscrição Nº 02-CMI/2024, do Instituto de Desenvolvimento Institucional e Ação Social (IDEIAS), no Conselho Municipal do Idoso, alterando o disposto no Art. 1º da Resolução Nº 01/2025/CMI, de 12 de Fevereiro de 2025.

Art. 4º. Fica concedido assento ao Instituto de Gestão e Desenvolvimento (IGEDES), na composição civil do Conselho Municipal do Idoso, em substituição ao assento que ocupava com o nome de "Instituto de Desenvolvimento Institucional e Ação Social (IDEIAS)", alterando o disposto no Art. 2º, Inciso IV da Resolução Nº 01/2025/CMI, de 12 de Fevereiro de 2025.

Art. 5º. Esta Resolução entra em vigor a partir da data de sua publicação, com efeitos a contar de 04 de Junho de 2025.

CONSELHO MUNICIPAL DO IDOSO, 04 DE JUNHO DE 2025.

MARIA DE LOURDES DA CONCEIÇÃO

PRESIDENTE DO CONSELHO MUNICIPAL DO IDOSO

DECRETO Nº 14.156, DE 04 DE JUNHO DE 2025

REGULAMENTA A GRATIFICAÇÃO DE DIFERENÇA DE CAIXA INSTITUÍDA PELO ART. 44, DA LEI 412, DE 20 DE FEVEREIRO DE 1995 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE ANGRA DOS REIS, ESTADO DO RIO DE JANEIRO, no uso das atribuições legais, que lhe confere o art. 87, inciso VI, da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º Fica regulamentada a gratificação denominada **Diferença de Caixa** instituída pela Lei nº 412, de 20 de fevereiro de 1995 aos

servidores municipais da Administração Direta e Indireta.

Art. 2º A Gratificação de Diferença de Caixa será devida ao servidor ativo nomeado oficialmente no Departamento de Tesouraria e para o servidor nomeado no Departamento de Liquidação de Valores que sejam responsáveis por pagar, receber e efetivar o processamento de liquidação de valores em espécie ou eletronicamente, objetivando a cobertura de riscos de ressarcimento assumidos, devido à natureza das atividades e corresponde ao montante mensal estabelecido em lei e percebido mediante definições e critérios de enquadramento regulados neste Decreto.

§ 1º A Secretaria de Finanças da Administração Direta poderá conceder a gratificação aos servidores lotados na própria Secretaria que comprovadamente desempenhem, de forma contínua e habitual, as atividades de pagamento, recebimento ou liquidação de valores em espécie ou por meio eletrônico, nos termos do caput deste artigo, em quantitativo que justifique a não paralisação ou prejuízo de sua rotina de pagamentos e recebimentos de valores, desde que estejam devidamente enquadrados nas condições e exigências estabelecidas neste Decreto.

§ 2º As demais Secretarias da Administração Direta e órgãos da Administração Indireta que possuam Tesouraria própria, poderão conceder o benefício sendo limitada a indicação de um servidor nomeado no Departamento de Tesouraria e um servidor nomeado no Departamento de Liquidação, sendo obrigatório que nas atribuições do cargo ao qual o servidor esteja oficialmente nomeado, estejam relacionadas as atividades principais de pagamento, recebimento ou liquidação de valores.

§ 3º Deverá o Ordenador da despesa observar o limite ao número de servidores imposto neste artigo, sendo responsável pelo pedido de exclusão da concessão do benefício quando cabível.

§ 4º O servidor deverá comprovar a habitualidade de seus serviços comprovando o exercício da função por pelo menos 03 (três) meses consecutivos, exceto aos casos de substituição de férias.

§ 5º Fará jus ao recebimento da gratificação em parcela única o servidor responsável pela movimentação de adiantamento de valores para a realização de pequenas despesas.

Art. 3º Não será devida a gratificação:

I - aos Ordenadores de Despesas;

II - aos Superintendentes;

III – aos nomeados na função de Controle Interno;

IV – Ao servidor em afastamento por férias ou qualquer tipo de licença.

Art. 4º Fica instituído o valor de um e meio salário mínimo nacional, em caráter indenizatório para a diferença de caixa aos servidores lotados nos Departamentos de Tesouraria e Liquidação e o valor de ½ salário mínimo aos servidores responsáveis pela movimentação de adiantamento de valores.

Parágrafo único. Os servidores beneficiados com a redução de carga horária farão jus à gratificação de que trata este artigo, calculada proporcionalmente à respectiva jornada de trabalho.

Art. 5º O requerimento para recebimento do benefício deverá ser protocolado pelo servidor interessado através do Portal do Servidor.

§ 1º O pedido deverá ser encaminhado ao Ordenador de Despesas da Pasta de lotação do servidor para decisão quanto ao pedido.

I – Aos pedidos deferidos, o Ordenador deverá atestar as atividades exercidas pelo servidor e a sua habitualidade e encaminhá-lo à Secretaria Executiva de Recursos Humanos para providências quanto a análise documental.

II – Preenchidos os requisitos e após o deferimento do Ordenador de Despesas, a Secretaria Executiva de Recursos Humanos providenciará a inclusão da gratificação na folha de pagamento do mês subsequente.

III – Aos pedidos indeferidos, a Secretaria Executiva de Recursos Humanos providenciará a ciência formal do servidor.

Art. 6º A concessão da Gratificação de que trata o presente Decreto será válida até final de cada exercício financeiro, devendo sua renovação ser solicitada anualmente pelo servidor sendo condicionada a comprovação formal de continuidade de suas atribuições.

I – Não sendo solicitada a renovação, a gratificação será revogada automaticamente.

Art. 7º Não será devida a concessão retroativa da gratificação tendo os efeitos do deferimento válidos a partir da data de decisão do Ordenador de Despesas.

Art. 8º Fica vedada a participação dos servidores beneficiados com a presente gratificação em comissões remuneradas.

Art. 9º Todas as gratificações vigentes até a presente deverão ser revistas sendo concedido o prazo de 60 dias para que os Ordenadores de Despesas se adequem ao presente Decreto.

Parágrafo único. Fica autorizado o cancelamento imediato da gratificação do servidor que não solicitar sua renovação no prazo de 60 dias corridos da presente publicação.

Art. 10. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, vedando a retroação de seus efeitos e revogando todos os dispositivos em contrário, em especial o Decreto nº 12.777, de 14 de outubro de 2022.

MUNICÍPIO DE ANGRA DOS REIS, 04 DE JUNHO DE 2025.

CLÁUDIO DE LIMA SÍRIO

PREFEITO

DECRETO Nº 14.157, DE 04 DE JUNHO DE 2025

REGULAMENTA O HORÁRIO ESPECIAL DE TRABALHO DOS SERVIDORES MUNICIPAIS EFETIVOS COM DEFICIÊNCIA OU QUE POSSUAM CÔNJUGE, COMPANHEIRO (A), FILHO (A) OU OUTRO DEPENDENTE COM DEFICIÊNCIA.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE ANGRA DOS REIS, ESTADO DO RIO DE JANEIRO, no uso das atribuições legais, que lhe confere o art. 87, da Lei Orgânica do Município,

CONSIDERANDO o Tema 1097 de Repercussão Geral do Supremo Tribunal Federal, segundo o qual também se aplica aos servidores públicos municipais, para todos os efeitos, o disposto no artigo 98, §§ 2º e 3º, da Lei Federal nº 8.112, de 11 de novembro de 1990, que preconiza a concessão de horário especial de trabalho aos profissionais com deficiência ou que tenham cônjuge, companheiro, companheira, filho, filha ou outro dependente com deficiência,

DECRETA:

Art. 1º O servidor (a) municipal efetivo com deficiência ou que tenha cônjuge ou companheiro, companheira, filho, filha ou outro dependente com deficiência, quando comprovada a necessidade pela Junta Médica Oficial do Município, poderá cumprir sua jornada de trabalho com redução de carga horária, nos termos e condições especificados neste Decreto.